

**ATA Nº020 DE REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO DO
ESTADO DE MINAS GERAIS PARA TRATAR DOS ASSUNTOS RELACIONADOS COM O ROMPIMENTO
DA BARRAGEM DA SAMARCO NO VALE DO RIO DOCE**

1 Aos 15 dias do mês de dezembro de 2015, às 10:00h, na Sede da Associação dos
2 Municípios da Microrregião do Médio Rio Doce – ARDOCE, localizada no Município de
3 Governador Valadares/MG, reuniu-se extraordinariamente a Mesa de Diálogo e
4 Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e outros grupos envolvidos em
5 conflitos socioambientais e fundiários (Mesa de Diálogo), com o objetivo precípua de ouvir
6 as partes envolvidas (atingidos, empresa e sociedade em geral) com o rompimento da
7 barragem de rejeitos denominada Fundão, da Mineradora SAMARCO, no Município de
8 Mariana. Nesse condão, visa-se a mediação do diálogo entre as partes supracitadas para,
9 desse modo, construir canais intercomunicativos que ensejem a celebração de acordos e,
10 concomitantemente, para que o Estado funcione como garantidor dos direitos humanos e
11 candeeiro para a solução pacífica das controvérsias, afinado pelo princípio “Ouvir para
12 Governar”. Os trabalhos foram iniciados e coordenados pelo Presidente da Mesa de
13 Diálogo, Sr. Claudius Vinícius Leite Pereira (Presidente da Companhia de Habitação de
14 Minas Gerais – COHAB-MG) e contou com a participação do Sr. Rômulo Carvalho Ferraz
15 (Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais - SECCRI); Sra. Lígia
16 Maria Alves Pereira (Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG); Sra.
17 Elisa Maria Costa (Prefeita Municipal de Governador Valadares); Sr. Wilton Miranda
18 (Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC);
19 Sr. Romero Wagner do Carmo (Secretaria de Estado de Governo – SEGOV); Sr. Marco
20 Túlio Costa Barbosa (Fundação Rural Mineira – RURALMINAS); Sr. Roberto Geraldo de
21 Figueiredo (Fundação Rural Mineira – RURALMINAS / Relator da ata); Sra. Evânia Beatriz
22 de Souza Cabral (Procuradora do Estado / Advocacia Geral do Estado – AGE /
23 Governador Valadares); Sr. Cel. Wesley Barbosa (Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG
24 / Comandante da 8ª RPM); Sr. Edson Lopes (Polícia Ambiental – PMMG / Governador
25 Valadares); Sr. Fábio Brasileiro (Secretaria de Estado de Governo – SEGOV / Sec. Exec.
26 Fóruns); Sra. Bruna Márcia V. Pessanha (Defensora Pública – Governador Valadares);
27 Sra. Shirley Mara Ramos (Advogada da FETAEMG); Sra. Maria Aparecida Pereira
28 (Secretária Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento / Governador
29 Valadares); Sr. Glêdston Guetão (Vereador do Município de Governador Valadares);
30 representantes de órgãos da administração pública de diversos municípios e do estado de

ATA Nº020 DE REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA TRATAR DOS ASSUNTOS RELACIONADOS COM O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO NO VALE DO RIO DOCE

31 Minas Gerais, de associações e cidadãos de vários entes da Federação, destacando-se a
32 representação dos pescadores, balseiros, carroceiros, agricultores, caiqueiros,
33 trabalhadores rurais, produtores rurais, Movimento dos Atingidos por Barragens e da
34 SAMARCO, entre outros, além de um rol expressivo de agentes voluntários de diversos
35 municípios mineiros e demais cidadãos, todos convidados, sem distinção, conforme lista
36 anexa. Após as apresentações, o Presidente da Mesa de Diálogo iniciou a reunião
37 propondo que os representantes do poder público, movimentos sociais, SAMARCO e os
38 atingidos pelo desastre fizessem suas inscrições, e solicitou que as falas se
39 circunscrevessem ao intervalo temporal de cinco minutos, para que todos que quisessem
40 pudessem se posicionar, e estabeleceu o teto de 13:30h para o término da reunião. Em
41 seguida, fez um breve relato do histórico das reuniões da Mesa de Diálogo, em geral, de
42 seu papel como ferramenta do Governo de Minas Gerais para mediação das controvérsias
43 e pacificação social por meio do diálogo, e das reuniões que ocorreram nos Municípios de
44 Mariana e Barra Longa, especificamente. O Presidente da Mesa de Diálogo enfatizou que
45 os órgãos do estado e das administrações públicas municipais tinham por principal objetivo
46 ouvir todas as partes, de modo que pela via do diálogo as controvérsias pudessem ser
47 dirimidas. Salientou que o Município de Governador Valadares, doravante representado
48 pela Prefeita Municipal, juntamente com o Ministério Público e outras entidades,
49 protagoniza uma ação judicial atinente à controvérsia em pauta. O Sr. Ronaldo Teixeira de
50 Melo, Presidente da ACUB – Associação de Agricultura Familiar, narrou sobre os trabalhos
51 para a manutenção do abastecimento das escolas dos gêneros alimentícios. Disse que todos
52 estavam preocupados com a catástrofe. Informou que nas três semanas que se seguiram
53 ao rompimento da barragem houve suspensão do fornecimento de alimentos às escolas, o
54 que causou prejuízos. Ressaltou que houve “[...] *um momento de consciência*”, na medida
55 em que hoje se deseja participar das ações para a recuperação das nascentes d’água e
56 das matas de cabeceira. Salientou que os moradores da região têm a incumbência de
57 recuperar e asseverou que “[...] *nós queremos isso*”. A Sra; Joelma Fernandes Teixeira,
58 representante da ACONFAFA, da Comunidade de Ilha Brava e da Ilha da Pimenta, citou o
59 drama de um atingido, o Sr. Jair, presente no recinto, que nascera na Comunidade de Ilha
60 Brava e produtor de mandioca, milho, feijão etc., e que para manter sua produção faz a

ATA Nº020 DE REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA TRATAR DOS ASSUNTOS RELACIONADOS COM O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO NO VALE DO RIO DOCE

61 captação da água diretamente do rio. A Sra. Joelma assinalou que os atingidos pescavam
62 os peixes, criavam porcos e galinhas, e que a comunidade supracitada possuía
63 considerável número de pessoas que sobreviviam de atividades econômicas diretamente
64 relacionadas com o rio, e que eles tinham uma renda decorrente do comércio do feijão,
65 abóbora, milho, entre outros, no mercado. Disse que aqueles que residem dentro das ilhas,
66 que dantes tinham seus próprios cultivos, agora não têm água sequer para o consumo
67 próprio. Informou que não é possível utilizar o sistema anterior de filtragem de água e que
68 como alternativa os indivíduos abriram poços para captar água, e aproveitou o ensejo para
69 perguntar se isso poderia prejudica-los. Solicitou do poder público o fornecimento de água
70 para os cidadãos dessas comunidades. Disse que não se sabe as consequências do
71 acidente, os prejuízos às colheitas de frutas, leguminosas etc., e fez um apelo para que o
72 Poder Público visite o local para ver a necessidade das pessoas e as condições do rio
73 Doce. O Sr. Glêdston Guetão, vereador do Município de Montes Claros, comentou o
74 sofrimento da população em relação ao abastecimento de água. Agradeceu ao Estado por
75 sua presença em Governador Valadares. Disse que para ele, o Presidente da SAMARCO,
76 da VALE e da BHP deveriam estar presos, sobretudo pelo abalo psicológico que todos os
77 atingidos estão sofrendo. Ponderou que não existe nada contra os funcionários da
78 SAMARCO. Narrou a saga de famílias inteiras em fila, que estariam a padecer “[...] *abaixo*
79 *de sol e chuva para pegar água mineral*”. Perguntou: “[...] *o que é dinheiro para recuperar a*
80 *flora, a fauna, as vidas humanas que foram ceifadas, a dor das famílias que ainda não*
81 *puderam enterrar seus entes queridos, por não encontra-los?*” E continuou indagando
82 sobre o que fará a empresa, o Governo estadual e os Ministérios em relação à barragem
83 de Germano? Concluiu sua fala dizendo que a população de Governador Valadares quer
84 que a captação da água para abastecer a população seja feita ou no rio Suaçuí Pequeno
85 ou no Suaçuí Grande, desejando a todos, se isso fosse possível, um Feliz Natal. O Sr.
86 José, agricultor do Município de Tumiritinga, cobrou: “[...] *precisamos de um laudo da água*
87 *que passa no rio, para saber se isso é água mesmo*”. Continuou sua fala dizendo que a
88 população atingida gostaria de suas vidas de volta. Ponderou que dificilmente se poderá
89 colher o que foi plantado, em função da impossibilidade de irrigação. Informou que o
90 “Projeto Balde Cheio” acabou, pois o pasto não pode mais ser irrigado. Disse que a

ATA Nº020 DE REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA TRATAR DOS ASSUNTOS RELACIONADOS COM O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO NO VALE DO RIO DOCE

91 SAMARCO matou tudo aquilo que lhes dava a vida, e perguntou: *“como eu vou conseguir*
92 *sobreviver?”* Salientou que a estação chuvosa é muito curta, e que os agricultores
93 precisam irrigar suas lavouras para colher. Asseverou que a solução não é mendigar um
94 salário mínimo da SAMARCO, dado que nunca precisaram disso. Disse: *“gostaríamos de*
95 *atenção pois perdemos tudo e o que dava vida à nossa terra vocês mataram.”* O Sr.
96 Sebastião Martins Barbosa, do STR / Governador Valadares e da Via Campesina,
97 discorreu sobre o que ele denominou de sequência de crimes no Vale do Rio Doce:
98 primeiramente, retiraram toda a madeira às margens do rio. Posteriormente introduziram o
99 boi. Em seguida as plantações de eucalipto, *“acabando”* com a água e com as nascentes.
100 Depois o agronegócio, com as substâncias venenosas jogados nas margens dos rios e nas
101 nascentes. Agora, o episódio da ruptura da barragem de rejeitos da SAMARCO. Segundo
102 o Sr. Sebastião, deve-se falar em crime, e não em desastre. Ponderou sobre o *“crime”*
103 como consequência da lógica produtiva do sistema capitalista, e exortou a todos ao
104 combate disso. Disse que discutir indenização seria muito pouco, pois não se quer esmola,
105 e sim respeito. Disse que quarenta anos é o tempo que se prevê para o rio se recuperar.
106 Chamou a atenção para a necessidade de se discutir o modelo que está implantado,
107 visualizando a retirada das plantações de eucalipto, a recuperação das matas originais,
108 dentro de uma lógica reflexiva que pense o futuro, a fauna, a flora. O Sr. Josué Pena
109 Souto, Assistente Técnico em Governador Valadares, da Comissão de Meio Ambiente da
110 Província Eclesiástica de Mariana, disse que gostaria de pedir à Mesa de Diálogo para
111 olhar a região de Conselheiro Pena, Galileia, Resplendor, em função do grande número de
112 atingidos por esse crime. Criticou a prisão de trabalhadores de caçam tatús para comer,
113 enquanto as grandes empresas produzem grandes impactos e ninguém é punido, e
114 salientou que quando as autoridades não tomam as providências, a população as toma de
115 qualquer jeito. Asseverou que estavam presentes na reunião para pedir providências,
116 sobretudo as necessárias para garantir o direito de todos à vida. A Sra. Ivani Miranda de
117 Faria, Presidente do Sindicato de Tumiritinga e vereadora do município supracitado, disse
118 que: *“[...] é muito triste estar em uma reunião dessas sem ter nem quê nem porque”*. Disse
119 que *“[...] parece que tem alguma coisa que não anda”*. Pontuou a humilhação de ficar em
120 uma fila para pegar água. Disse que na “beira” do rio encontram-se centenas de famílias,

ATA Nº020 DE REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA TRATAR DOS ASSUNTOS RELACIONADOS COM O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO NO VALE DO RIO DOCE

121 em 14 ilhas, todas atingidas pelo desastre. Informou que o Ministro do Desenvolvimento
122 Agrário, Sr. Patrus Ananias, pediu um laudo junto com a EMATER, e indagou: *“para que e*
123 *para quem é esse laudo?”* Informou que trouxera o laudo e mais de cem documentos
124 assinados pelos trabalhadores assentados. Salientou que a SAMARCO prefere gastar
125 dinheiro com pagamento de firmas que atender a comunidade. Ela deveria ouvir quem foi
126 atingido, e não empresas de fora. Disse que já testemunhara várias vezes trabalhadores
127 rurais serem multados por causa de um “pau”. Indagou sobre quem seria preso, por
128 exemplo, em função dos peixes mortos nesse desastre? *“[...] quem vendia leite está na*
129 *rua. A empresa está pedindo desculpa ‘esfarrapada’ na mídia, mas não está socorrendo os*
130 *trabalhadores que estão sendo humilhados. [...] Nós temos dignidade. Gostamos de viver*
131 *com o suor de nosso rosto. Cada acampamento já tem seu levantamento. Não precisa de*
132 *empresas para isso. [...] A burocracia está em primeiro lugar, mas as famílias não estão*
133 *sendo socorridas”*. Terminou solicitando às autoridades presentes que olhem, por favor,
134 para as pessoas humildes, que respeitam as leis, e disse que o rio é a piscina e a praia
135 que eles conhecem, dizendo que o rio é a única fonte de lazer da população ribeirinha, e
136 que se ele ficar vinte anos como está, seus filhos ficarão vinte anos sem tomar banho de
137 rio. O Sr. Rodolfo Zulske, Presidente da Colônia Z. P1 e pescador profissional fez uso da
138 palavra para salientar que os pescadores vivem da água, do rio e do peixe. Disse que a
139 SAMARCO está presente, cadastrando o pessoal, e que ele agradecia a empresa por
140 estarem ali, pois se fossem bandidos já teriam fugido. Informou que o peixe acabou. Que
141 se trata de questão ambiental. Que segundo ele é necessário assentar na mesa quando o
142 rio voltar ao normal. Disse que os pescadores também são tiradores de areia, e que não
143 adianta fazer três, quatro cadastros. Disse que *“[...] vai ganhar como um pescador*
144 *profissional tem direito.”* Para ele, o Plano Emergencial não é satisfatório e há muito sobre
145 o que conversar com a SAMARCO. O Sr. Guilherme de Sousa Sampaio, militante do
146 Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB / Governador Valadares, informou que o
147 referido Movimento organiza a atuação dos atingidos em todo o país e que estão a auxiliar
148 as vítimas desde Mariana, em Minas Gerais, até Regência, foz do Rio Doce, no Espírito
149 Santo e, nesse diapasão, salientou que o dano socioambiental causado pelo rompimento
150 da barragem é incalculável, considerando que os esforços não devem ser medidos

ATA Nº020 DE REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA TRATAR DOS ASSUNTOS RELACIONADOS COM O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO NO VALE DO RIO DOCE

151 isoladamente pela SAMARCO, VALE ou pela BHP. Realçou a morosidade no atendimento
152 aos atingidos. Informou que foi apresentada em Mariana uma carta com propostas para
153 resolver o problema e que até hoje não há respostas. Ponderou que o cadastro dos
154 atingidos deve ser feito pelo Estado, e não pela SAMARCO. Disse que a SAMARCO não
155 reconhece os conceitos de atingidos que estão contidos no Decreto Nº 7342, de 26 de
156 outubro de 2010 (que institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e
157 registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia
158 hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do
159 Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências), e considerou que o Estado deve
160 reconhecer os conceitos. Enfatizou que a negociação não pode ser individual e sim
161 coletiva, sob a égide do Estado e com a participação da associação dos atingidos, para
162 não haver violações de direitos. Ponderou ser imprescindível que a SAMARCO apresente
163 um Plano de Emergência, com ênfase na necessidade de socorro aos produtores, que
164 estão a passar sérias dificuldades em relação ao acesso à água para o gado e para a
165 irrigação. Propôs que a verba de manutenção para as vítimas do desastre seja de um
166 salário mínimo por pessoa atingida (e não um salário mínimo por família mais 20% desse
167 *quantum* por pessoa atingida, como tem sido praticado pela empresa) e que os Planos de
168 Recuperação e de Investimentos na Bacia do Rio Doce, onde estarão descritos os critérios
169 e o *modus operandi* da (re)vegetação das áreas degradadas, a recuperação das nascentes
170 [...] deve ser formulado em conjunto com os atingidos. Asseverou que os atingidos devem
171 ter o direito de escolher quem irá cadastrá-los, e que essa prerrogativa não deve ser da
172 SAMARCO, que tem contratado empresas para realizar a referida tarefa sem nenhuma
173 participação popular. Assinalou, conforme divulgado na “*cartilha do MAB*”, que os direitos
174 dos atingidos têm sido efetivamente conquistados pela luta, e não por lei federal ou
175 estadual. Comentou os “boatos” ventilados na comunidade de que o MAB e o Ministério
176 Público estariam prejudicando as negociações, exortando a organização do povo. O Sr.
177 “Waltinho”, agricultor, relatou ter ficado “[...] *muito triste numa audiência, na última quarta-*
178 *feira, quando um professor universitário disse que não houve crime, pois o rio já estava*
179 *doente. Eu retruquei dizendo que o doente deve ser é tratado, e não acabar de ser morto.*”
180 Segundo o agricultor, na região se fala muito sobre desenvolvimento sustentável rural,

ATA Nº020 DE REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA TRATAR DOS ASSUNTOS RELACIONADOS COM O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO NO VALE DO RIO DOCE

181 porém, a VALE, a BHP e a SAMARCO *“mataram nosso rio”*. Disse que a Mesa deveria ser
182 de punição, e não de negociação. Indagou: *“[...] quem viola direitos, o que essa pessoa é?”*
183 O agricultor requereu que as empresas paguem por tudo. A Sra. Maria Célia Albino de
184 Andrade, produtora rural, disse que tem uma pequena propriedade. Narrou que
185 anteriormente possuía um comércio, mas o abandonou para viver do trabalho em sua
186 propriedade rural e que há seis anos vendeu tudo que tinha para ir para a roça. Narrou sua
187 luta e suas conquistas, demonstrando que durante todo esse tempo se qualificou para
188 otimizar sua produção, fazendo cursos de inseminação, gestão rural, entre outros. Disse
189 que começou com uma produção de 32 litros de leite por dia, e que já estava com uma
190 produção de 320 litros diários, com uma meta para janeiro de 2016 de 500 litros, e que
191 apenas da produção de leite faturava mensalmente cerca de R\$ 9.000,00 (nove mil reais),
192 fora a produção de frutas, legumes, verduras, entre outros. Disse que sempre trabalhou
193 para sustentar sua família, que sua filha passou no vestibular para o Curso de Engenharia
194 Civil e que até o mês de outubro de 2015 tinha certeza que poderia pagar os estudos de
195 sua prole, contudo, hoje isso não é mais possível. Informou que está a tomar
196 antidepressivos, que não há como tratar de seu gado. Reclamou que o gado deveria ser
197 socorrido antes dele morrer. Disse que amanhece e dorme chorando. Disse: *“[...] vocês*
198 *mataram não só o rio, mas a dignidade e o sonho de muita gente.”* A Sra. Shirley Maria
199 Ramos, advogada da FETAEMG, de Governador Valadares, iniciou sua fala dizendo que a
200 cidade depende do campo, dos alimentos e de toda sorte de produtos derivados do
201 trabalho rural, em geral, e dos assentamentos, especificamente. Disse que é cidadã
202 caratinguense, mas vive no Município de Governador Valadares. Indagou: *“[...] como fica a*
203 *dignidade das pessoas que lutaram pela terra e agora não conseguem mais produzir?”*
204 Realçou que não se pode confiar em um levantamento ou cadastro feito pela empresa
205 SAMARCO. Precisa-se de um diagnóstico real do que está a ser vivido pelo povo.
206 Salientou que a distribuição nas áreas urbanas seria melhor que na zona rural. Ponderou
207 que não há conquista pela reforma agrária sem luta, considerando que o que está a ser
208 violado é o direito ao sonho de viver da terra. A representante da FETAEMG disse se tratar
209 o espaço de uma “mesa de desabafo”, e que esperava que dessa reunião fossem retirados
210 efetivamente os encaminhamentos. A Sra. Camilla, militante do MAB, requisitou da

ATA Nº020 DE REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA TRATAR DOS ASSUNTOS RELACIONADOS COM O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO NO VALE DO RIO DOCE

211 SAMARCO que se providencie a disponibilidade de água para a Comunidade de
212 Cachoeira Escura (se referindo ao distrito de Cachoeira Escura, do Município de Belo
213 Oriente, também atingido pela ruptura da barragem de rejeitos da SAMARCO). A Sra.
214 Sílvia Farias, Engenheira Ambiental e Sanitarista, representante tanto do Prefeito Municipal
215 de Ipaba, Sr. Edimarques, quanto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do referido
216 Município, disse ter tentado protocolar certa documentação na SAMARCO e que não fora
217 atendida e, por essa razão, não teria sido tomada nenhuma providência até hoje. Ela
218 informou que o cadastramento foi feito pela empresa “PRAXIS”, mas que esta não ouviu a
219 comunidade. Disse que ninguém está atendendo a comunidade e que esta se encontra
220 isolada. Narrou: “[...] estamos a dez dias do Natal. O que essas pessoas vão colocar na
221 mesa?” Enfatizou que a SAMARCO não tem atendido às solicitações do Município e da
222 comunidade de Ipaba, que se encontram com ela três agricultores que “[...] não têm nada
223 para por na mesa”, clamando pela “consciência” das autoridades presentes, por exemplo,
224 para as dívidas vincendas desses agricultores. A Sra. Lucimar de Jesus, lavradora do
225 Município de Ipaba, mãe de dez filhos, informou que há treze anos trabalha em um terreno
226 e de lá retira seu sustento. Informou que a renda que estava a auferir em função das
227 atividades agrícolas era suficiente para pagar suas contas; que trabalhava com produção
228 de hortaliças, mandioca, dentre outros, e que tinha uma retirada semanal de
229 aproximadamente R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais), e de mais ou menos R\$
230 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) por mês. “[...] As hortaliças acabaram e o dinheiro
231 acabou. A renda que eu tirava era suficiente. Meus sonhos acabaram. Eu tenho um
232 pescadorzinho em casa, que sempre que voltava da pescaria dizia: mãe, eu trouxe uma
233 carne para por na barriga de meu irmão”. O Sr. Ronaldo Teixeira de Melo, Presidente da
234 ACUB, de Governador Valadares, apontou uma questão de ordem psicológica, qual seja, a
235 rejeição da água do rio Doce pela população do Município de Governador Valadares. A
236 Sra. Joelma solicitou providências em relação aos peixes mortos no período da piracema.
237 “[...] Queremos o nosso rio Doce de volta. O rio é o nosso local de lazer, é onde tomamos
238 banho, vemos os pássaros cantarem”. Solicitou um projeto para repovoar o rio Doce de
239 peixes. A Sra. Giovanna Guimarães de Menezes, Advogada dos atingidos, disse que os
240 próprios atingidos devem falar por si mesmos. Disse que eles estão cansados de serem

ATA Nº020 DE REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA TRATAR DOS ASSUNTOS RELACIONADOS COM O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO NO VALE DO RIO DOCE

241 rejeitados pelos negociadores, pela SAMARCO, pela VALE e, nesse diapasão,
242 desenvolveu um raciocínio crítico ao que ela denominou como “*roubo do solo brasileiro*”,
243 ao fato dele ser “*entregue*”, e de agora restar um mar de lama para matar trabalhadores e
244 pobres. Indagou: “[...] *matam o rio, matam os peixes, e agora começam a fazer contas? [...]*
245 *estou suplicando para essa Mesa de Negociação ir à Resplendor e Aimorés fazer uma*
246 *audiência.*” O Presidente da Mesa de Diálogo, Sr. Claudius Vinícius Leite Pereira,
247 ponderou sobre as iniciativas do Estado e enfatizou a complexidade do problema e a
248 enorme proporção das perdas. Disse que o estado de Minas Gerais, junto com o Espírito
249 Santo e a União, ingressou com uma ação judicial de R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões
250 de reais) contra a empresa. Falou sobre a união de diversos órgãos e de diferentes entes
251 do Estado para criar uma “Força Tarefa” que engendrará ações relacionadas com os
252 impactos causados à Bacia do Rio Doce. Discorreu sobre a relevância da associação entre
253 a União e os estados supracitados com os trinta e três municípios afetados pelo
254 rompimento da barragem da SAMARCO, os órgãos do Estado, os movimentos sociais, a
255 empresa e a sociedade em geral, dado que isso permite que sejam construídas em
256 conjunto as soluções para os danos causados pelo evento. Disse que a Mesa de Diálogo
257 não pode ser um mecanismo ou espaço de punição: “*Quem pune é a justiça e pode*
258 *demorar muito. Podemos esperar?*” Informou que a empresa tem direito de fazer o seu
259 cadastro, embora seja atribuição do Estado dizer se o cadastro possui ou não validade.
260 Salientou que o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e
261 Gestão Metropolitana, DD. Sr. Tadeu Martins Leite, é participe no processo de construção
262 de um plano de reconstrução do Rio Doce. Para tanto, a ideia é a criação de um fundo
263 privado controlado pela justiça e cuja gestão seja feita por um conselho, de modo que só
264 saia do fundo o que for determinado pelo plano. Segundo o Sr. Claudius Vinícius Leite
265 Pereira, o Governo já se organizou. Para ele, a injeção de recursos engendrará o
266 estabelecimento de um novo rol de relações econômicas, na medida em que as bases
267 econômicas anteriores pautadas, na exploração dos recursos naturais do rio Doce,
268 demorarão a retornar. Nesse diapasão, é imperioso criar uma economia ambiental de
269 recuperação. Assim, pode surgir para o Brasil um dos maiores exemplos de consciência
270 ambiental. “[...] *Quem capturará as espécies para servirem de matrizes?*” Continuou sua

ATA Nº020 DE REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA TRATAR DOS ASSUNTOS RELACIONADOS COM O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO NO VALE DO RIO DOCE

271 fala destacando que há medidas que precisam ser tomadas imediatamente. Precisa-se
272 saber, de uma vez por todas, a água do rio Doce poderá ser utilizada. Pontuou que o IGAM
273 faz parte da “Força Tarefa” supramencionada e que caberá ao referido órgão monitorar o
274 rio por inteiro. Disse que é o poder público que precisa dar a garantia aos cidadãos sobre a
275 qualidade da água. O Sr. Rômulo Carvalho Ferraz, da SECCRI, que é membro Titular da
276 Diretoria Executiva da Mesa de Diálogo, informou que desde o evento em Mariana, com
277 reflexos em todo o estado de Minas Gerais e no Espírito Santo, várias iniciativas foram
278 tomadas pelas instituições. Disse que os dois estados supracitados e a União, para não
279 haver dispersão de esforços, entraram em conjunto com a ação de vinte bilhões de reais
280 para a construção de um fundo; sobre as barragens de Germano e Santarém, disse que o
281 *Parquet* e o estado de Minas Gerais entraram com uma ação exigindo um plano de
282 emergência cujo intuito principal é reduzir os riscos de ocorrência de outra tragédia;
283 informou que o estado enviou uma equipe de profissionais de Saúde para o Município de
284 Barra Longa. Realçou os dois principais problemas já identificados em Governador
285 Valadares: a disponibilidade de água para o consumo humano e para as atividades de
286 agricultura. Assinalou como urgentes as ações que visem mitigar os danos correlatos às
287 atividades dos pescadores, agricultores, juntamente com medidas garantidoras do sustento
288 da população. Disse que o levantamento dos atingidos no Município de Mariana foi feito
289 pelo próprio Ministério Público, o que deverá ocorrer diferentemente em Governador
290 Valadares. A celeridade nesse levantamento é importante, por exemplo, em função da
291 expressividade do número de profissionais que sobrevivem da pesca nessa região do
292 estado. O Sr. José Luiz Santiago, Gerente Geral da SAMARCO, pediu desculpas,
293 realçando seu respeito à população e asseverando que não deixarão de participar das
294 reuniões. Disse que reconhece que o momento é propício ao uso da humildade, ouvir a
295 população e mapear os campos de ação. Definir as ações emergenciais para estabilizar a
296 situação. Considerou que existem situações que vieram à tona agora, e é necessário, junto
297 com o Estado, seus órgãos e a população, resolver a situação. Informou que mesmo em
298 relação às ações de longo prazo, a SAMARCO se compromete a participar de todas elas,
299 e que as necessidades variam nas diferentes áreas impactadas. Disse que a empresa já
300 começou a oferecer auxílio ao longo de toda a área impactada, de diferentes maneiras.

**ATA Nº020 DE REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO DO
ESTADO DE MINAS GERAIS PARA TRATAR DOS ASSUNTOS RELACIONADOS COM O ROMPIMENTO
DA BARRAGEM DA SAMARCO NO VALE DO RIO DOCE**

301 Salientou que a empresa tem dialogado com as igrejas, com a Arquidiocese. Disse que o
302 primeiro cadastro foi feito pela Defesa Civil, e que a SAMARCO iniciou um estudo que
303 implica em um novo cadastro, para compreender melhor os efeitos produzidos pelo
304 acidente, afirmando que continuarão a atuar no local. Em relação às dúvidas sobre a
305 estabilidade das barragens de Santarém e Germano, disse que estão recebendo visitas.
306 Confirmou que a segurança das barragens não está como a empresa gostaria, mas que
307 estão trabalhando para melhorar o nível de segurança e a qualidade da água. Informou
308 que as estruturas das barragens estão estáveis. O Sr. Alysso Werneck Prereira,
309 Coordenador das atividades em Governador Valadares e Municípios no entorno,
310 representante da SAMARCO, disse que não há como precisar o dano gerado e o tempo
311 necessário para a bacia hidrográfica voltar a possuir as características anteriores ao
312 evento. Disse que a SAMARCO celebrará um TAC para ajustar a captação em outras
313 fontes d'água substitutivas ao rio Doce, assim como medidas compensatórias. Disse que
314 onde foi mapeada a necessidade de assistência psicossocial a SAMARCO também tem
315 atuado. O Sr. Claudius, Presidente da Mesa de Diálogo, informou que o poder público
316 estadual está às ordens para montar equipes. A Prefeita Municipal de Governador
317 Valadares, Sra. Elisa Maria Costa, agradeceu aos componentes da Mesa de Diálogo, ao
318 Comandante Wesley, do 8º Batalhão da PMMG e a todos os convidados, e realçou a
319 necessidade de visitas nos Municípios de Resplendor, Itueta e Aimorés. Versou sobre o
320 sistema autônomo de tratamento de água, desenvolvido por técnicos de vários locais do
321 Brasil para garantir à população disponibilidade de água potável. Afirmou que a água hoje
322 oferecida é potável, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.
323 Disse que tem informações diárias oriundas da Agência Nacional das Águas e de diversos
324 outros órgãos. Comentou que a cada reunião que se faz com os atingidos os impactos se
325 mostram maiores. Disse que a realidade é muito triste, muito dura, pela falta de
326 perspectiva de futuro. Indagou sobre o futuro das cidades ribeirinhas acometidas pela
327 tragédia e sobre o futuro do próprio rio Doce. Realçou o poder simbólico da tragédia e das
328 decisões dela decorrentes. Disse que as medidas emergenciais têm que ser cuidadas já.
329 Que as instituições são idôneas, sérias, e precisam ser acreditadas. Informou que o
330 relatório que a Prefeitura Municipal de Governador Valadares possui sobre a tragédia não

ATA Nº020 DE REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA TRATAR DOS ASSUNTOS RELACIONADOS COM O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO NO VALE DO RIO DOCE

331 é definitivo, pois a cada dia aparece uma situação nova. Versou sobre as despesas da
332 Prefeitura Municipal, a questão da água para a população, a captação alternativa de água
333 numa vazão de 900 litros/segundo no rio Suiçuí Grande, e ponderou sobre a necessidade
334 de uma resposta definitiva da empresa. Outra questão abordada pela Prefeita Municipal foi
335 a recuperação da Bacia do Rio Doce, na medida em que após a tragédia o rio se encontra
336 muito mais assoreado que dantes. Exortou o trabalho coletivo entre os Municípios, o
337 Estado e a União na “Força Tarefa”. Comentou sobre as dúvidas atinentes às formas de
338 acesso ao fundo que está sendo criado, e indagou sobre a possibilidade dos municípios
339 que não conseguirem levantar todas as suas demandas vir a terem apoio de outras
340 empresas, além da GOLDEN e da PRAXIS. Concluiu sua fala agradecendo o Governador
341 Fernando Pimentel, que visitou o município três vezes em apenas um mês, à Presidente
342 Dilma e seus Ministros, e fez um pedido à SAMARCO: acelerar as ações e respeitar as
343 pessoas. O Coronel Wesley, Comandante da 8ª Região da PMMG e Coordenador da
344 Defesa Civil Regional informou que tem acompanhado os trabalhos em oito municípios
345 atingidos, que vai de Pequi à Aimorés. Que tanto para a PMMG quanto para a Defesa Civil
346 essa tragédia é uma novidade e que nenhuma Defesa Civil trabalhou como nessa tragédia.
347 Informou sobre o problema de abastecimento de água e sobre a logística de atendimento à
348 população. Disse que durante toda a emergência os órgãos públicos e a SAMARCO
349 buscaram disponibilizar água para a população, e que depois que o poder público voltou a
350 disponibilizar água potável, os órgãos do Estado saíram de cena, pois a responsabilidade é
351 da SAMARCO. Falou sobre os diversos Termos de Ajustamento de Conduta, que se não
352 forem cumpridos, serão judicializados. O Sr. Rodolfo Zulske disse que “[...] o Judiciário
353 está empurrando com a barriga[...]”, que os processos não estão caminhando, e que o
354 Judiciário não pode fazer corpo mole nessa hora. O Sr. Rômulo Ferraz, em resposta à
355 colocação do Sr. Rodolfo, informou sobre a criação do CEJUZ-Ambiental, para fazer a
356 mediação desses conflitos, na medida em que apenas na comarca de Governador
357 Valadares há cerca de 600 ações ajuizadas com função das consequências do
358 rompimento da barragem de Mariana. Após a oitiva dos atingidos e, em seguida, das
359 instituições presentes, dos órgãos da administração pública estadual e municipal e da
360 SAMARCO, o Presidente da Mesa de Diálogo, Sr. Claudius Vinícius Leite Pereira,

**ATA Nº020 DE REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO DO
ESTADO DE MINAS GERAIS PARA TRATAR DOS ASSUNTOS RELACIONADOS COM O ROMPIMENTO
DA BARRAGEM DA SAMARCO NO VALE DO RIO DOCE**

361 encaminhou que a próxima reunião da Mesa de Diálogo dar-se-ia no Município de
362 Resplendor e que a SAMARCO deveria trazer imediatamente ou o quanto antes as ações
363 emergenciais para os atingidos. O Sr. Rômulo Carvalho Ferraz, membro titular da Diretoria
364 Executiva da Mesa de Diálogo, representante da Secretaria de Estado da Casa Civil e de
365 Relações Institucionais do Governo de Minas Gerais – SECCRI, informou que faria contato
366 com a Dra. Nívia, da Promotoria, para requisitar que os Promotores de Direitos Humanos
367 atuassem nessa região (qual seja, a Região de Governador Valadares), e que isso fosse
368 tratado como prioridade absoluta. Após algumas falas sem a identificação dos oradores, o
369 Presidente da Mesa de Diálogo e Negociação deu, então, por encerrada esta reunião, às
370 14:00h, ato este precedido da lavratura dessa ata, que terá contida em seu anexo a lista de
371 presença da Reunião.

372 Governador Valadares, 15 de dezembro de 2015.